


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração
BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	103	323
Impostos e contribuições sociais		3	3
		106	326
Não circulante			
Investimentos	6	1.271	1.271
Imobilizado	7	3.211	3.211
Intangível	8	95	96
		4.577	4.578
Total do ativo		4.683	4.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(140)	(257)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1	1
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	(139)	(254)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(81)	83
	(81)	83
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(220)	(171)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas		1
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	1
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(220)	(170)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	103	323
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	323	493
	(220)	(170)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Enercoto S.A. (Companhia ou Enercoto), constituída em 18 de setembro de 2001, sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, tem como principal objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, exclusivamente em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico designado como o conjunto composto pela Usina Hidrelétrica Couto Magalhães e pelas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central Geradora.

1.1 Devolução da concessão da UHE Couto Magalhães

A Companhia possuía a outorga do Contrato de Concessão nº 021/2002, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, referente à construção da Usina Hidrelétrica Couto Magalhães (UHE Couto Magalhães), com capacidade instalada de 150 MW, energia assegurada de 90,30 MWm, pelo prazo de 35 anos até 23 de abril de 2037.

Em 2011, 9 anos após a outorga do Contrato de Concessão, o IBAMA, por meio do Ofício nº 892/11, informou o indeferimento em definitivo do pedido de Licença Ambiental. Diante da impossibilidade de implementar o empreendimento da UHE Couto Magalhães, em 15 de março de 2012, a Companhia formulou requerimento junto ao Ministério de Minas e Energia - MME e à ANEEL, de acordo com Processo Administrativo nº 48500.005.778/2000-00, pelo qual foi requerida: (i) a rescisão amigável do Contrato de Concessão; (ii) a devolução da garantia de fiel cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão prevista na subcláusula 9ª, da Cláusula 7ª; (iii) a consequente não cobrança do montante de Uso do Bem Público - UBP; e (iv) o ressarcimento dos custos incorridos pelas requerentes no desenvolvimento dos estudos ambientais.

Em 10 de julho foi publicada a Lei nº 12.839/13, que permite que os concessionários de geração outorgados até 15 de março de 2004 que não entrarem em operação até 31 de dezembro de 2013, possam no prazo de 30 dias requerer: (i) a rescisão de seus contratos de concessão, sendo-lhes assegurado, no que couber, a liberação ou restituição das garantias de cumprimento das obrigações do contrato de concessão; (ii) o não pagamento pelo UBP durante a vigência do contrato de concessão; (iii) e o ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos que venham a ser aprovados para futura licitação.

Em 19 de julho de 2013 foi protocolada na ANEEL a ratificação do pedido de rescisão do Contrato de Concessão nº 021/2002 da UHE Couto Magalhães, conforme as diretrizes contidas na Portaria MME nº 243/2013.

Em 5 de setembro de 2013, a Diretoria da ANEEL em sua Reunião Pública Extraordinária, aprovou a extinção da concessão da UHE Couto Magalhães. Na sequência, o processo seguiu para o MME, o qual convocou as Concessionárias para assinarem o Distrato do Contrato de Concessão nº 021/2002 em 27 de novembro de 2013.

Conforme o Distrato, as concessionárias ficaram isentas do pagamento do UBP, bem como será realizada a devolução da garantia de fiel cumprimento e o ressarcimento dos custos incorridos no desenvolvimento dos estudos ambientais, quando da realização de futura licitação.

Por fim, em 10 de dezembro de 2013, a EDP solicitou à ANEEL a

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2013	31/12/2012
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	9	10	91
		10	91
Não circulante			
Partes relacionadas	5	2	2
		2	2
Patrimônio Líquido			
Capital social	10.1	5.816	5.816
Prejuízos acumulados		(1.145)	(1.005)
		4.671	4.811
Total do passivo e patrimônio líquido		4.683	4.904

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2013	2012
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(121)	(194)
Serviços de terceiros	(118)	(189)
Outros custos operacionais	(3)	(5)
Valor adicionado bruto	(121)	(194)
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1)	(1)
Valor adicionado líquido produzido	(122)	(195)
Valor adicionado total a distribuir	(122)	(195)
Distribuição do valor adicionado		
Juros		47
Aluguéis	18	15
	18	62
Prejuízo do exercício	(140)	(257)
	(122)	(195)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.316	(748)	4.568
Aumento de capital - AGO de 30/04/2012	500		500
Prejuízo do exercício		(257)	(257)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.816	(1.005)	4.811
Prejuízo do exercício		(140)	(140)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.816	(1.145)	4.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

devolução das garantias de fiel cumprimento aportadas, na modalidade de fiança bancária, conforme previsto nos supramencionados lei e Distrato.

2 Base de preparação e práticas contábeis
2.1 Base de preparação
2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 19 de fevereiro de 2014.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

b) Investimento (Nota 6)

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2013	2012
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(139)	(207)
Depreciações e amortizações		(1)	(1)
Outras despesas e receitas operacionais	11	(140)	(210)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		(140)	(210)
Resultado das participações societárias			
Despesas financeiras			(47)
Resultado financeiro	12	-	(47)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(140)	(257)
Resultado líquido do exercício		(140)	(257)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	14		
Resultado básico por ação (Reais/Ação)			
ON		(140)	(257)
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)			
ON		(140)	(257)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2013 e 2012.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida diretamente contra o Patrimônio Líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua coligada são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

c) Imobilizado (Nota 7)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Na data do término da concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis à União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela ANEEL.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

e) Ativo intangível (Nota 8)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

f) Redução ao valor recuperável**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Fornecedores (Nota 9)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

h) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i) Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

j) Capital social (Nota 10.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquidas de quaisquer efeitos tributários.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias que estão reconhecidos no resultado.

l) Resultado por ação (Nota 14)

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação.

m) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação dos ativos (*impairment*) (nota 2.2 item f); e Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item o).

n) Instrumentos financeiros (Nota 15)

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixa e equivalentes de caixa, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.3.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

A Companhia está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRIC 21 - Impostos

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

5 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo		Receitas (despesas) no período findo em 31 de dezembro de	
				31/12/2013	31/12/2013	2013	2012
Partes relacionadas							
Contratos de Compartilhamento	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2	2	(28)	(22)
Total				2	2	(28)	(22)

5.1 Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura

Os montantes com a EDP - Energias do Brasil (controladora) são provenientes do contrato de compartilhamento dos serviços de infraestrutura, que tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e de telecomunicação.

Os valores são estipulados de acordo com percentual previamente estabelecido e identificado no contrato.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 16.2).

5.2 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

6 Investimentos**6.1 Movimentação dos investimentos no exercício**

	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2013
Investimentos		
Couto Magalhães	1.271	1.271
Total	1.271	1.271

6.2 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido	
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante						
Couto Magalhães	488	488	488	488	48,80	48,80	48,80	48,80	18.733	18.733	16.116	16.116	2.617	2.617

7 Imobilizado

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em curso				
Geração	3.211	3.211	3.211	3.211
Total do Imobilizado em curso	3.211	3.211	3.211	3.211
Total do Imobilizado	3.211	3.211	3.211	3.211

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012	Valor líquido em 31/12/2013
Total do imobilizado em curso	3.211	3.211
Total do imobilizado	3.211	3.211
Total líquido	3.211	3.211

8 Intangível

	31/12/2013			31/12/2012				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	5	(3)	2	20,00	5	(2)	3
Total do Intangível em Serviço		5	(3)	2		5	(2)	3
Intangível em curso								
Geração		93		93		93		93
Total do Intangível em curso		93	-	93		93	-	93
Total do intangível		98	(3)	95		98	(2)	96

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2013
Intangível em serviço			
Software	3	(1)	2
Outros Intangíveis em curso	93	-	93
	96	(1)	95

9 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012
Materiais e serviços	10	91
Total	10	91

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 5.816 e está representado por 1.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da EDP - Energias do Brasil.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

11 Gastos operacionais

	2013		2012	
	Despesas operacionais	Gerais e administrativas	Total	Total
Gerenciáveis				
Serviços de terceiros	118	118	189	
Amortização	1	1	1	
Aluguéis e arrendamentos	19	19	15	
Outras	2	2	5	
Total	140	140	210	

12 Resultado financeiro

	2013		2012	
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	-	-	(47)	(47)
Total	-	-	(47)	(47)

13 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(140)	(257)	(140)	(257)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	35	64	13	23
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Outros				
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(35)	(64)	(13)	(23)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%

14 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

15.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	103	323	103	323
				103	323	103	323
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	9	Outros ao custo amortizado	Nível 2	10	91	10	91
Não circulante							
Partes relacionadas	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2	2	2	2
				12	93	12	93

15.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Partes relacionadas e Fornecedores.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

No exercício de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2012
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(140)	(257)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1	1
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(140)	(257)

15 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

15.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

15.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

15.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

15.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não realizou nenhuma captação.

Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias (Nota 16.2) estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

15.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

16 Compromissos contratuais e Garantias

16.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2013		
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos
Obrigações de compra	820	506	314
	820	506	314

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra referem-se, basicamente, a contratos de longo prazo que contemplam a aquisição de energia elétrica para revenda.

16.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

	31/12/2013	31/12/2012
Fiança Bancária	7.840	7.840

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de Fiança Bancária, em sua totalidade, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Andre Luiz de Castro Pereira
Diretor

José Cherem Pinto
Diretor

André Luís Nunes de Mello Almeida
Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Contadora - CRC 1SP204118/O-8